



# Anais da Assembléia

Nº 153

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado JOSE COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 13:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 09:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 07:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins Gonçalves; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 08:** Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boikó; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 02:** Carlos Xavier Simões - José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/93

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado, a ausentar-se do País, no período compreendido entre 08 a 21 de novembro próximo, com destino à Itália.

DATA: 27 de outubro de 1993.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Roberto Requião, Governador do Estado, a ausentar-se do País, no período compreendido entre 08 a 21 de novembro próximo, com destino à Itália, a fim de, em Modena e Milão, atender convites no sentido de realizar contatos com autoridades locais e tratar de assuntos de interesses do Estado.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 27.10.93.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 105.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 03 DE NOVEMBRO DE 1993  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Cezar Silvestri, Carlos

Curitiba, quarta, em 03.11.93

Simões, Colombino Grassano, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, João Preis, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino e Renato Adur (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 073/93

Curitiba, 26 de outubro de 1993.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso IX, combinado com o art. 66, inciso II, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo que, ressalvadas as exigências específicas para determinados cargos, postos ou graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente.

A medida que se pretende adotar através do Plano de Lei em referência, consulta aos Superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, com a exigência de escolaridade mínima para ingresso nos quadros das polícias civil e militar, serão estabelecidas, condições no sentido de que tais quadros possam contar com recursos humanos melhor preparados intelectualmente, fato que, sem qualquer sombra de dúvida, ensejará maior eficiência nas ações do Estado no campo da segurança pública, não só em benefício aos cidadãos que aqui vivem, como, também, àqueles que por aqui passam.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ressalvadas as exigências específicas para determinados cargos, postos ou graduações, o ingresso nas carreiras policiais civis e militares do Estado dependerá da comprovação da escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob o nº 038/93, do Senhor Iveraldo Lucena da Costa, Presidente da Fundação de Assistência ao Estudante, encaminhando Termo Aditivo e extrato de sua publicação, assinado entre a Fundação e o Governo do Estado do Paraná, cujo objeto é o atendimento da alimentação escolar, conforme recurso previsto no cronograma de desembolso para o qual chamamos atenção. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/SAT/323, 324, 325/93, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa de Leis os Projetos de Lei nºs 093/93, 112/91 e 201/93. Ao conhecimento da Casa.

Sob o nº DTL/SAT/326/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 370/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/SAT/327/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 353/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, por julgá-lo contrário ao interesse público, porque a questionada rodovia já pertence ao Sistema Rodoviário Estadual. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/328 a 348/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

421/93: Do TRIBUNAL DE CONTAS, que fixa, a partir de 1º de agosto de 1993, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.485. Anote-se. Arquite-se.

325/93: De autoria do Deputado TOTI

COLAÇO, que denomina Rodovia Edgard Andrade Gomes, o trecho da Rodovia que liga os Municípios de Irati a Inácio Martins, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.489. Anote-se. Arquite-se.

265/93: De autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que proíbe a comercialização de benzina, éter, solventes e clorofórmio para menores de 18 anos e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.490. Anote-se. Arquite-se.

354/93: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA que, denomina Ponte Pedro Merhy Seleme, a ponte sobre o Rio Negro, que liga o Município de São Mateus do Sul - Estado do Paraná, até a divisa do Município de Três Barras no Estado de Santa Catarina, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.491. Anote-se. Arquite-se.

396/93: De autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que concede o Título de Cidadania Benemérita do Estado do Paraná "Post-Mortem", ao Senhor Roberto Brzezinski, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.492. Anote-se. Arquite-se.

390/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Pró-Criança, com sede e foro na Cidade de Londrina - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.493. Anote-se. Arquite-se.

387/93: De autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Proprietários, Amigos e Moradores do Distrito Colônia Lamenha Grande - ALGRA, Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.494. Anote-se. Arquite-se.

384/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública Estadual o Hospital de Caridade Dona Darcy Vargas, com sede e foro no Município de Rebouças, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.495. Anote-se. Arquite-se.

385/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube das Mães de Guamiranga, com sede e foro no distrito de Guamiranga, Município de Imbituva, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.496. Anote-se. Arquite-se.

361/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o União Bandeirantes Futebol Clube, com sede e foro na Cidade de Bandeirantes, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.497. Aro-

te-se. Arquivo-se.

335/93: De autoria da Deputada EMILIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública a Associação Londrinense Interdisciplinar de AIDS - ALIA, com sede e foro na Cidade de Londrina, neste Estado, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.498. **Anote-se. Arquivo-se.**

364/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro na cidade de Foz do Iguaçu, neste Estado, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.499. **Anote-se. Arquivo-se.**

411/93: De autoria do Deputado CLEITON KIELSE CRISÓSTOMO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede e foro no município de Nova Aliança do Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.500. **Anote-se. Arquivo-se.**

393/93: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do município de Cianorte, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.501. **Anote-se. Arquivo-se.**

410/93: De autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Comarca de Umuarama, Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.502. **Anote-se. Arquivo-se.**

265/93: de autoria do Deputado NAMIR PIACENTINI, que declara de Utilidade Pública a Creche Pequeno Príncipe, com sede e foro na cidade de Moreira Sales, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.503. **Anote-se. Arquivo-se.**

314/93: De autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Fraternidade Eclética Espiritualista Universal, com sede principal e foro no município de Luziânia, Estado de Goiás, e representação regional nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.504. **Anote-se. Arquivo-se.**

404/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Mandaguari - Paraná, com sede e foro na Comarca de Mandaguari, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.505. **Anote-se. Arquivo-se.**

402/93: De autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública

Curitiba, quarta, em 03.11.93

a Sociedade de Assistência à Infância de Ibaiti, com sede no município de Ibaiti no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.506. **Anote-se. Arquivo-se.**

346/93: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública Estadual o PROVOPAR - União Rebouças - Ação Social, com sede e foro no município de Rebouças - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.507. **Anote-se. Arquivo-se.**

394/93: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Servidores Públicos Civis do município de Cianorte - ASERC, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.508. **Anote-se. Arquivo-se.**

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 4246

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência - Urgentíssima, para o Projeto de Lei nº 553/93, que "Cria o Sistema Estadual de Crédito Educativo", protocolado com 29 assinaturas de apoio.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

##### REQUERIMENTO Nº 4248

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo falecimento do Professor Sebastião dos Santos e Silva, mais conhecido como "Zulu", ocorrido dia 1º próximo passado em Ponta Grossa.

O extinto era uma pessoa de grande amizade e estima em Ponta Grossa, tanto no Grupo Escolar Menelêu de Almeida Torres, onde era professor, como na Câmara Municipal, onde era funcionário, e na sociedade em geral.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, sito à Rua Bento Ribeiro, 542 - Bairro Madureira, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

##### REQUERIMENTO Nº 4249

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de pesar, pelo

falecimento da Doutora Maria Corina Rocha de Barros Pugsley, ocorrido em Ponta Grossa.

Pessoa de grande personalidade, profissional de grande qualidade na área médica, que com seu passamento deixará saudades aos amigos, parentes e as pessoas quais ela atendia carinhosamente na condição de médica.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### REQUERIMENTO N° 4268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Manguoeirinha pela passagem do seu 47° aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Miguel Carlos R. Aguiar, ao Vice-Prefeito João Dorine, bem como a todos os Senhores Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná recebam e cumprimentem a população de Manguoeirinha.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A 13 de setembro de 1943, pelo Decreto-lei Federal n° 5812, o Distrito de Manguoeirinha, então pertencente ao Município de Clevelândia, passou a constituir parte do Território Federal do Iguaçu e, por Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, voltou a pertencer ao Paraná, em virtude da extinção do território. Pelo Decreto-lei Estadual n° 533, de 21 de novembro de 1946, foi criado o Município de Manguoeirinha, no Estado do Paraná, com sede na cidade do mesmo nome, dando-se a sua instalação oficial no dia 30 do mesmo mês e ano.

Manguoeirinha, fruto da visão administrativa de sucessivos governos municipais e de seu povo trabalhador, abriu suas portas para a indústria, comércio, atividades agrícolas, etc, assim sendo, toda a população comemora com muito orgulho seus 47 anos de emancipação política.

A certeza de dias melhores aliada a tudo o que o povo de Manguoeirinha já conquistou com muito trabalho e dedicação e, tendo à frente de seus destinos o Prefeito Miguel Carlos R. Aguiar, com a colaboração da comunidade em geral, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente em

realidade.

Com esta proposição homenageamos o Senhor Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, os Vereadores, enfim toda a população na certeza de que continuarão irmanados nos mesmos propósitos para o progresso cada vez mais crescente de Manguoeirinha.

#### REQUERIMENTO N° 4247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente aos Secretários da Justiça e Segurança Pública, Senhores José Tavares e José Moacir Favetti, respectivamente, solicitando que os mesmos tomem providências urgentes sobre a situação agravante por que passa o Presídio Santa Maria, de Ponta Grossa.

O presídio não apresenta apenas um problema, são vários problemas em vários setores, entre os mais graves estão a superlotação, falta de pessoal, armamento, munição, detetives, viaturas e alimentação entre outros.

A cadeia tem capacidade para abrigar de 80 a 90 detentos, mas no momento encontra-se com uma lotação de cerca de 180 elementos, causando, assim, conflitos internos, gerando rebeliões, podendo ocasionar a morte tanto de detentos como de policiais e carcereiros, e não aparecendo os verdadeiros responsáveis pelas situações criadas.

Baseado nestes fatos e em outros que podem vir a colocar em risco a segurança dos funcionários e dos cidadãos pontagrossenses, é que pedimos urgência neste caso, solicitando armamento, munição, viaturas, pessoal capacitado, e principalmente que os presos de outras cidades que ali estão, sejam transferidos imediatamente para os municípios onde deveriam estar encarcerados.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 4250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando (02) dois caminhões para a coleta do lixo do Município de Guaratuba-Pr.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Durante o verão, é nítida uma maior movimentação em todas as cidades do Litoral Paranaense, com isso obrigando as Pre-

feituas Municipais a dispender maiores recursos de seus orçamentos, para diversas atividades consideradas essenciais, entre as quais a coleta de lixo diária, especialmente nas nossas praias.

Para essas Prefeituras, todas sem grandes disponibilidades financeiras, e automaticamente no início de seus exercícios financeiros, é penoso despendar recursos para adquirir equipamentos e ainda ter a contratação de pessoas extra, para dar atendimentos prioritários durante 90 a 100 dias consecutivos.

Por outro lado, é normal o desgaste dos próprios equipamentos existentes, com a ampliação dos serviços, cujos desdobramos em alguns casos, ocupam realmente os 30 dias do mês. Em cada município, existem situações diferenciadas, mas em todas as Prefeituras, o grande dilema realmente são os recursos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado com a maior brevidade possível, um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Nesta Capital; solicitando (02) dois caminhões, para a coleta de lixo do Município de Guaratuba.

#### REQUERIMENTO N° 4251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando (01) um caminhão para a coleta do lixo do Município de Antonina-Pr.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Durante o verão, é nítida uma maior movimentação em todas as cidades do Litoral Paranaense, com isso obrigando as Prefeituras Municipais a dispender maiores recursos de seus orçamentos, para diversas atividades consideradas essenciais, entre as quais a coleta de lixo diária, especialmente nas nossas praias.

Para essas Prefeituras, todas sem grandes disponibilidades financeiras, e automaticamente no início de seus exercícios financeiros, é penoso despendar recursos para adquirir equipamentos e ainda ter a contratação de pessoas extra, para dar atendimentos prioritários durante 90 a 100 dias consecutivos.

Por outro lado, é normal o desgaste dos próprios equipamentos existentes, com a ampliação dos serviços, cujos desdobramos em alguns casos, ocupam realmente os 30 dias do mês. Em cada município, existem situações diferenciadas, mas em todas as

Prefeituras, o grande dilema realmente são os recursos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado com a maior brevidade possível, um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Nesta Capital; solicitando (01) um caminhão, para a coleta de lixo do Município de Antonina.

#### REQUERIMENTO N° 4252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando (01) um caminhão para a coleta do lixo do Município de Guaraqueçaba-Pr.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

#### JUSTIFICATIVA:

Durante o verão, é nítida uma maior movimentação em todas as cidades do Litoral Paranaense, com isso obrigando as Prefeituras Municipais a dispender maiores recursos de seus orçamentos, para diversas atividades consideradas essenciais, entre as quais a coleta de lixo diária, especialmente nas nossas praias.

Para essas Prefeituras, todas sem grandes disponibilidades financeiras, e automaticamente no início de seus exercícios financeiros, é penoso despendar recursos para adquirir equipamentos e ainda ter a contratação de pessoas extra, para dar atendimentos prioritários durante 90 a 100 dias consecutivos.

Por outro lado, é normal o desgaste dos próprios equipamentos existentes, com a ampliação dos serviços, cujos desdobramos em alguns casos, ocupam realmente os 30 dias do mês. Em cada município, existem situações diferenciadas, mas em todas as Prefeituras, o grande dilema realmente são os recursos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado com a maior brevidade possível, um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Nesta Capital; solicitando (01) um caminhão, para a coleta de lixo do Município de Guaraqueçaba.

#### REQUERIMENTO N° 4253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando (01) um cami-

nhão para a coleta do lixo do Município de Morretes-Pr.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Durante o verão, é nítida uma maior movimentação em todas as cidades do Litoral Paranaense, com isso obrigando as Prefeituras Municipais a dispender maiores recursos de seus orçamentos, para diversas atividades consideradas essenciais, entre as quais a coleta de lixo diária, especialmente nas nossas praias.

Para essas Prefeituras, todas sem grandes disponibilidades financeiras, e automaticamente no início de seus exercícios financeiros, é penoso despendar recursos para adquirir equipamentos e ainda ter a contratação de pessoas extra, para dar atendimentos prioritários durante 90 a 100 dias consecutivos.

Por outro lado, é normal o desgaste dos próprios equipamentos existentes, com a ampliação dos serviços, cujos desdobramos em alguns casos, ocupam realmente os 30 dias do mês. Em cada município, existem situações diferenciadas, mas em todas as Prefeituras, o grande dilema realmente são os recursos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado com a maior brevidade possível, um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Nesta Capital; solicitando (01) um caminhão, para a coleta de lixo do Município de Morretes.

REQUERIMENTO N° 4254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando (02) dois caminhões para a coleta do lixo do Município de Matinhos-Pr.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Durante o verão, é nítida uma maior movimentação em todas as cidades do Litoral Paranaense, com isso obrigando as Prefeituras Municipais a dispender maiores recursos de seus orçamentos, para diversas atividades consideradas essenciais, entre as quais a coleta de lixo diária, especialmente nas nossas praias.

Para essas Prefeituras, todas sem grandes disponibilidades financeiras, e automaticamente no início de seus exercícios financeiros, é penoso despendar recursos para adquirir equipamentos e ainda

ter a contratação de pessoas extra, para dar atendimentos prioritários durante 90 a 100 dias consecutivos.

Por outro lado, é normal o desgaste dos próprios equipamentos existentes, com a ampliação dos serviços, cujos desdobramos em alguns casos, ocupam realmente os 30 dias do mês. Em cada município, existem situações diferenciadas, mas em todas as Prefeituras, o grande dilema realmente são os recursos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado com a maior brevidade possível, um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Nesta Capital; solicitando (02) dois caminhões, para a coleta de lixo do Município de Matinhos.

REQUERIMENTO N° 425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, solicitando (02) dois caminhões para a coleta do lixo do Município de Paranaguá-Pr.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Durante o verão, é nítida uma maior movimentação em todas as cidades do Litoral Paranaense, com isso obrigando as Prefeituras Municipais a dispender maiores recursos de seus orçamentos, para diversas atividades consideradas essenciais, entre as quais a coleta de lixo diária, especialmente nas nossas praias.

Para essas Prefeituras, todas sem grandes disponibilidades financeiras, e automaticamente no início de seus exercícios financeiros, é penoso despendar recursos para adquirir equipamentos e ainda ter a contratação de pessoas extra, para dar atendimentos prioritários durante 90 a 100 dias consecutivos.

Por outro lado, é normal o desgaste dos próprios equipamentos existentes, com a ampliação dos serviços, cujos desdobramos em alguns casos, ocupam realmente os 30 dias do mês. Em cada município, existem situações diferenciadas, mas em todas as Prefeituras, o grande dilema realmente são os recursos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado com a maior brevidade possível, um expediente ao Deputado Federal Homero Morinobu Oguido, Digníssimo Secretário de Desenvolvimento Urbano, Nesta Capital; solicitando (02) dois caminhões, para a coleta de lixo do Município de Paranaguá.

## REQUERIMENTO N° 4256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha, manifestando os nossos agradecimentos por ter conseguido junto ao Ministério dos Transportes, a inclusão da duplicação da Ferrovia Curitiba-Paranaguá, no sistema nacional de viação.

Sala das Sessões, em 03.11.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

O Paraná recebeu com satisfação uma nova conquista, a inclusão no Plano Nacional de Viação para 1.994, da duplicação da Ferrovia Curitiba-Paranaguá.

O benefício desse empreendimento será imenso e tivemos no início dessa Legislação, através de nosso Gabinete, realizando vários pedidos às Autoridades em Brasília.

Esse ano, a idéia germinou novamente, e contamos desta feita, com a efetiva colaboração do Jornal Gazeta do Povo, sendo que, o Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha, com sua atuação destemida, foi em busca de uma solução, e conseguiu resultados positivos.

O Ministro dos Transportes Alberto Goldmann, entendeu perfeitamente essa reivindicação do Paraná, e imediatamente comunicou ao Deputado Federal Paulo M. Rocha, que, determinou a inclusão do novo traçado da Ferrovia Curitiba-Paranaguá, no Sistema Nacional de Viação para o próximo ano.

Nesse sentido solicitamos que seja endereçado um expediente ao Deputado Federal Paulo Munhoz da Rocha, DF., agradecendo mais esse trabalho em favor do nosso Estado.

## REQUERIMENTO N° 4257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Murilo Hingel, Digníssimo Ministro da Educação e Desporto, e ao Ilustríssimo Professor Ataíde Moacyr Ferrazza, Diretor do CEFET-PR, solicitando a instalação de uma UNEDS - Unidade de Ensino Descentralizada do CEFET-PR, no Município de Paranaguá, para atendimento a toda a região do litoral.

Sala das Sessões, em 03.11.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

## JUSTIFICATIVA:

"A fim de obter maior economia, racionalização e aproveitamento dos recursos públicos, o CEFET-PR, assumiu o compromisso de responsabilizar-se pelos projetos e

administração das obras das novas instituições. Instaladas em regiões de pleno desenvolvimento do Estado - Medianeira no Oeste, Cornélio Procopio no Norte, Pato Branco no Sudoeste e Ponta Grossa no 2° Planalto - as novas UNED's constituem marcos importantes no desenvolvimento estadual." Parte do trecho dos prospectos elaborados pela produção gráfica da Divisão de Recursos Didáticos do CEFET - PR.

O fato demonstra perfeitamente, que a região do litoral paranaense, composta das cidades de: Paranaguá, (sede da microrregião), Guaratuba, Antonina, Matinhos, Morretes, e ainda Guaraqueçaba, tem condições de receber esse benefício do Governo Federal, através do Ministério de Educação e Desporto, com a anuência do CEFET-PR.

Dentro do realismo sócio-econômico, o litoral paranaense é um centro populacional em pleno desenvolvimento, e a instalação de uma Unidade de Ensino Descentralizada, no Município de Paranaguá, com abrangência para todas as cidades do sistema, torna-se uma necessidade, especialmente em função do aproveitamento no mercado de trabalho, com o crescimento técnico exigido pelos Portos de Paranaguá e Antonina, dentro do modernismo previsto pelos processos educacionais, e ainda - na tecnologia avançada - que, os terminais estão passando.

Por outro lado, no aspecto interno de cada cidade, haverá por força das circunstâncias, um interesse maior dos empresários em realizar investimentos industriais, diante das facilidades do aproveitamento da mão-de-obra especializada, preparada com muita eficiência pelo CEFET-PR, através da sua Unidade de Ensino Descentralizada de Paranaguá.

Os argumentos seriam muitos, para mostrarmos a validade desse benefício à região, e por essa razão, solicitamos o envio de dois (02) expedientes; onde o primeiro é o Ministro da Educação Doutor Murilo Hingel, autorizando o CEFET-PR, a realizar a implantação no Município de Paranaguá de uma Unidade de Ensino Descentralizada-UNED's.

O outro documento ao Professor Ataíde Moacyr Ferrazza, Diretor do CEFET-PR, Avenida Sete de Setembro, 3.165 - Centro - CEP: 80.230-901-Nesta Capital, solicitando que coloque em seus projetos de expansão do CEFET-PR, a criação de uma Unidade de Ensino Descentralizada, no Município de Paranaguá, com a finalidade de atendimentos à região do Litoral Paranaense. Requerido ainda que, cópias desse requerimento sejam enviadas para:

1 - Senador Luiz Alberto Martins de Oliveira, solicitando sua interferência junto ao Ministério de Educação e Desporto para conseguir essa reivindicação à região

do Litoral.

2 - Professora Ivete Cardoso de Almeida, Delegada do MEC - Ministério de Educação e Desporto, Rua Voluntários da Pátria, 556 - CEP: 80.020-000 - Nesta Capital, solicitando sua ação junto ao Ministério, emitindo parecer favorável para a instalação de uma Unidade de Ensino Descentralizada em Paranaguá do CEFET-PR.

3 - Ao Ilustríssimo Senhor Presidente José Luiz Boabaid, MD. Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá, à Rua Rodrigues Alves, 621 - CEP: 83.203-420 - Paranaguá-PR.

REQUERIMENTO N° 4258

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo, para o Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4259

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo, para o Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4260

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo, para o Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4261

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislati-

va do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo, para o Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4262

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo, para o Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4263

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo, para o Município de Guaporema.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4264

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de um caminhão coletor de lixo, para o Município de Ivaté.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4265

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de 02 caminhões coletores de lixo, para o Município de Ja-

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4266

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de 02 caminhões coletores de lixo, para o Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 4267

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a aquisição de 05 (cinco) caminhões coletores de lixo, para o Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 03.11.93.

(a) NILTON BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente e Senhores Deputados, é estarecedor o que vem acontecendo na Nação Brasileira.

Infelizmente, para a opinião pública, todos, sem distinção, estão sendo culpados.

Todos os Parlamentares, os honestos e os desonestos também.

Como diz o nosso companheiro Luiz Carlos Alborghetti, nós temos que passar o Brasil a limpo e o momento é este.

É triste sermos comparados, como Deputados como João Alves, como Genebaldos, como Onaireves Moura e outros que só denigrem a imagem dos Paramentos.

Vejam bem, Senhores Deputados, ouço que existem irregularidades no Rio Grande do Sul, no Estado de Minas Gerais, em Brasília é uma lama só.

E no Paraná, na tarde de ontem, assistindo o Jornal Nacional, o Governador do Estado, Roberto Requião, acusa que existe um esquema de lavagem de dinheiro na loteria do Estado.

Com tudo isso e sabendo que aqui neste Parlamento existem pessoas idôneas, preo-

cupadas com as coisas do Estado, estou entrando com um Projeto de Lei que quebra o sigilo bancário dos Deputados Estaduais, dos Secretários de Estado, do Governador e vice-Governador do Estado, dos Presidentes dos Partidos Políticos do Estado do Paraná, dos Presidentes e Diretores das entidades da administração direta e indireta e dos Presidentes de todas as autarquias do Estado do Paraná.

Sei que isso somente não é a solução.

Mas, eu gostaria que fosse lançada a primeira pedra para que todo o Estado do Paraná e todas as autoridades competentes verificassem os patrimônios das pessoas que detêm cargo público e mandato, adquiram através de seu tempo.

Senhores Deputados, considero-me um Deputado atuante, preocupado com o Estado do Paraná e principalmente um Deputado honestíssimo.

E não aceito ser qualificado como Deputados que correm o Brasil, que vêm dene-grindo.

E diria aos Senhores: a política é uma coisa linda, maravilhosa, que se fosse muito bem aplicada seria de benefício a todas as nações, a todos os Governos e a todos os Estados.

Por isso, não aceito, em hipótese alguma ser considerado um Deputado mau-caráter, corrupto, um Deputado que usa do seu mandato para trabalhar em benefício próprio. Eu sei, aqui nesta Assembléia, Deputados como Plauto, como o Zuk, como Bona Turra, como Algaci Túlio, como Luiz Carlos Alborghetti, como Heinz, como Erondy Silvério que tem uma vida inteira, que não tem nada que os denigram, que denigram na sua imagem; Deputados preocupados, como o Deputado Rosinha.

Nós queremos o Brasil passado a limpo e principalmente o Estado do Paraná passado a limpo, não aceitamos que gente que ocupa cargos públicos hoje no Estado do Paraná, não tinham nada, tinham dívidas, dívidas até com condomínio, e hoje são proprietários de apartamentos com mais de setecentos metros quadrados (700 m<sup>2</sup>).

Nós não aceitamos que o povo se volte contra o Parlamento, o único elo de defesa dos interesses populares.

Senhores Deputados, peço a todos os Senhores que me apoiem nesse meu projeto, um projeto que visa mostrar a todo o Brasil e a todo o Estado do Paraná, como bem disse o Governador do Estado, Roberto Requião: que essa é uma Assembléia limpa, uma Assembléia que trabalha em prol do povo. Muitas vezes os Deputados da oposição, com o pé na garganta do próprio Governador, mas uma Assembléia limpa, uma Assembléia que merece o crédito.

E eu, como acredito, os demais Parlamentares não aceitam serem qualifica-

dos como Deputados não atuantes, Deputados desonestos, e como se todos os Deputados e todos os Deputados da Nação fossem antros de perdição, antros de corrupção e antros de desesperança. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a partir de amanhã passa a tramitar nesta Casa projeto de lei que autoriza a quebra de sigilo bancário de todos os Parlamentares, todos os Secretários de Estado, Governador e vice-Governador, Presidentes de Partidos, Presidentes e Diretores de entidades de administração direta e indireta, e Presidentes de todas as autarquias do Estado do Paraná; porque somente assim, lançando a primeira pedra, nós chegaremos a um denominador comum, porque é humilhante escutar a população não acreditar nos seus verdadeiros representantes. Por isso, volto a conclamar a todos os Senhores Deputados que me ajudem com este Projeto, porque esse Projeto pode ser assinado por todos os Senhores Deputados. Nós precisamos de uma vez por todas acabar com essa opressão que vivem os Parlamentos da Nação brasileira e também com a má informação que aqui no Paraná o Parlamento é um Parlamento falho.

O Sr. Paulo Maia - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência. Essa iniciativa que Vossa Excelência traz ao Parlamento do Paraná com certeza coloca às claras de fato toda a realidade dos Parlamentares do Paraná, e eu tenho certeza, da seriedade que paira sobre esta Casa. E quero lhe dizer neste momento, em nome da Bancada do PDT, que Vossa Excelência tem o apoio integral da nossa Bancada em relação a essa iniciativa de Vossa Excelência.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Gostaria de dizer: a Itália, um País Latino como o nosso, com grande influência na história brasileira pela sua imigração, está conseguindo através da sua campanha de mãos limpas acabar com a corrupção que assolava aquele País. Corrupção não é um privilégio do Brasil, acontece no mundo todo, mas lá está funcionando; e eu espero que o Brasil, que a Assembléia Legislativa do Paraná aproveite esta primeira pedra para que realmente nós mostremos ao Estado do Paraná quem realmente faz e quem realmente toma do Estado do Paraná.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

(Todas as Lideranças declinaram)

Encerrado o Horário do Expediente,

passa-se a

## ORDEM DO DIA

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 374/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pinhão-Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 374/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Djalma de Almeida César o presente plano de lei objetiva o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pinhão-Pr.

Tratando-se de mera autorização legislativa, esta proposta não encontra qualquer obstáculo de natureza legal, constitucional ou regimental que impeça sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Quanto ao seu mérito, achamos a medida providencial, pois é indispensável um órgão especializado no trato de problemas referentes à integridade física e moral da mulher.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Comissões, em 17.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI N° 374/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o Projeto de Lei n° 374/93, autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Pinhão - Pr.

Por se tratar de um projeto meramente autorizatório, e por não ferir as normas regimentais e constitucionais, já recebeu da douta Comissão de Constituição e Justiça, parecer favorável para sua normal tramitação, por achar a medida providencial e necessário um órgão especializado no trato dos problemas referentes à integridade física e moral da mulher.

Assim sendo, esta douta Comissão de Segurança Pública, nada tem a opor e dá o seu parecer favorável à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 29.09.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 374/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, o Projeto de Lei n° 374/93, visa autorizar o Poder Executivo a instalar no Município de Pinhão uma Delegacia da Mulher. Tratando-se de um projeto meramente autorizatório, nada impede a sua normal tramitação por este Poder Legislativo.

Assim sendo, esta Douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada tem a opor, e dá o seu parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 375/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira-Pr. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J., e PARECERES FAVORÁVEIS da C.S.P. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 104, de 04.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 375/93

P A R E C E R:

Trata-se de proposição que visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no município de Ortigueira, neste Estado.

Inobstante o espírito altamente relevante do projeto, conforme se vê da sua justificativa, esbarra ele na disposição do art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual, que estabelece como iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre:

"Criação, estrutura e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública"

Desta forma, data vênha, é nosso parecer pela inconstitucionalidade do presente projeto.

Sala das Comissões, em 24.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 375/93

P A R E C E R:

O presente projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a instalar

uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira, neste Estado, tem por finalidade o atendimento especializado às mulheres do município acima citado, pelo que, nosso parecer é favorável, recomendando a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.09.93

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente

DOMINGOS CARVALHO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 375/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Djalma de Almeida César, o projeto de lei em questão autoriza o Poder Executivo a instalar uma Delegacia da Mulher no Município de Ortigueira-Pr.

Procedida a análise do Projeto, entendemos tratar-se de uma proposta preocupada com a segurança e bem-estar do Município em questão. Assim sendo, nada encontramos que possa impedir a tramitação normal do Projeto, quanto ao seu mérito.

Nestas condições, seguimos o entendimento da Comissão de Segurança Pública, que pronunciou-se favoravelmente à aprovação do Projeto de lei, manifestamos, também, o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 418/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica (Trecho que liga o Município de Ivaté ao Distrito de Herculândia). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 111, de 17.08.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 418/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei 418/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Ivaté ao Distrito de Herculândia.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais à normal tramitação da matéria e sua aprovação pelo Plenário.

Salvo Melhor Juízo, é o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 418/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, a proposta em questão tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que especifica, (trecho que liga o Município e Ivatê ao distrito de Herculândia).

Analisado o projeto pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebeu desta parecer favorável.

Sendo esta proposta de caráter meramente autorizatório, no que diz respeito ao mérito da mesma, esta comissão não encontrou óbices de qualquer natureza, que impeçam a tramitação normal do projeto de lei pelos órgãos da Casa.

Nestes termos, nosso parecer é favorável opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 07.10.93

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSE ALVES - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 463/93, de autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que autoriza o Poder Executivo a Estadualizar a Rodovia Municipal que liga a BR-369 ao Município de Anahy. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 120 de 01.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 463/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, o Projeto de Lei n° 463/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a estadualizar a Rodovia Municipal que liga BR-369 ao Município de Anahy.

Da análise do referido projeto, por tratar-se de medida meramente autorizatória. Opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 463/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra, o Projeto de Lei n° 463/93, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário municipal que liga a BR-369 ao Município de Anahy, já conta com parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Analisando o referido projeto de lei, nada encontramos no plano regimental e

constitucional que possa impedir a sua normal tramitação por este Poder Legislativo, e desta forma, por ser a matéria meramente autorizatória, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
ARLINDO TROIAN - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 483/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem 051/93, que fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, parte do lote de terreno designado pela letra "C", sem benfeitorias, situado no quadro urbano do Município de São José dos Pinhais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 123, de 14.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 483/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei n° 483/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 51/93, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à União, parte do lote de terreno designado pela letra "C", sem benfeitorias situado no quadro urbano do Município de São José dos Pinhais.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 483/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 51/93, este projeto de lei autoriza o Poder Executivo a doar à União parte do lote de terreno designado pela letra C, sem benfeitorias, situado no quadro urbano do Município de São José dos Pinhais.

Analisado o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável, por não ferir as normas regimentais, constitucionais e legais.

Assim sendo, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, nada tem a opor quanto ao mérito deste projeto e dá o seu parecer favorável à aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente  
JOSE ALVES - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 512/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que denomina de Rodovia Egas Penteado Izique, aquela que liga o Município Alvorada do Sul ao trecho da Rodovia PR-167. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C.. **Aprovado** (Publ. no D.A. n° 127, de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 512/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury tem por objetivo denominar Rodovia Egas Penteado Izique a que liga o Município de Alvorada do Sul ao trecho da Rodovia PR-167.

Chamada esta Comissão a opinar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável!

Sala das Comissões, em 28.09.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N° 512/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, a proposta em questão tem como objetivo denominar de rodovia Egas Penteado Izique, aquela que liga o Município de Alvorada do Sul ao trecho da Rodovia PR-167.

Analisado o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu parecer favorável.

Sendo a proposta de caráter meramente autorizatório, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação do projeto de lei.

Nestes termos, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

JOSÉ ALVES - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sobre a mesa, Requerimento n° 4246, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4247, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4248 e 4249, de autoria dos Srs. Deputados Luiz Carlos Zuk, e Plauto Miró Guimarães, constantes do ex-

Curitiba, quarta, em 03.11.93

pediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 4250 a 4257, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 4258 a 4267, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 4268, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - O requerimento trata da reinclusão?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Trata da reinclusão do Projeto de Lei n° 587/93.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - O assunto?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se o requerimento para a próxima sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 04, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 374, 375, 418, 463, 483 e 512/93.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/93.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

R E S O L V E:

PORTARIA N° 086/93

colocar, à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, a partir de 16 de agosto do corrente ano, a servidora Alexandrini Rodrigues de Oliveira, matrícula n° 1188, contratada deste Poder Legislativo, com ônus para o Órgão de origem, mediante ressarcimento.

(Protoc. n° 9767).

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.10.93.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

## Atas das Comissões:

## COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 11.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Djalma de Almeida César, Ademar Traiano, Oswaldo Trevisan, Élio Rusch, Nereu Moura, João Preis e José Alves. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 376/93, de autoria do Deputado Antônio Anibelli. Relator Deputado Oswaldo Trevisan. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 399/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 039/93. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 455/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 046/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 460/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 048/93. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 453/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 042/93. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM VOTO CONTRÁRIO DO DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

## COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 12.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Djalma de Almeida César e Élio Rusch. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 521/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 058/93. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei n° 522/93, de

autoria do Tribunal de Justiça - Ofício n° 624/93. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei n° 523/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício n° 1682/93. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei n° 524/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 525/93, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

## COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 13.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Élio Rusch, João Preis e Júlio Bifon. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 582/93, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

## COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 14.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Luiz Carlos Zuk, Élio Rusch, Oswaldo Trevisan e Nereu Moura. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 511/93, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem nº 057/93. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 510/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 056/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 552/93, de autoria do Poder Executivo. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 15.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e três, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, presidida pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Djalma de Almeida César, Nereu Moura, João Preis e Élio Rusch. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 585/93, de autoria do Tribunal de Contas - Ofício nº 11444/93. Relator Deputado João Preis. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 586/93, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 587/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 66/93. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, COM RESSALVA DO DEPUTADO ÉLIO RUSCH. 04) Projeto de Lei nº 613/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 72/93. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 616/93, de autoria do Tribunal de Justiça. Relator

Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 617/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado. Relator Deputado Élio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 618/93, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e três, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 399/93 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/93. Relator Deputado Algaci Túlio. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. Deputado Florisvaldo Fier requer pedido de vista aos Projetos nºs: 198/92, 097, 324, 327 e 513/93. Concedido. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Gisele Pacheco, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
Gisele Pacheco - Secretária